

- Hélio Pinheiro Pinto
- Manoel Cavalcante de Lima Neto
- Alberto Jorge Correia de Barros Lima
- Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor
- Luciana Raposo Josué Lima Dias

Coordenadores

CONSTITUIÇÃO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICA

Estudos em homenagem ao Professor
José Joaquim Gomes Canotilho



João Luiz Azevedo Lessa
Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas

Fernando Tourinho de Omena Souza
Diretor-Geral da ESMAL



Autores

Hélio Pinheiro Pinto
Manoel Cavalcante de Lima Neto
Alberto Jorge Correia de Barros Lima
Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor
Luciana Raposo Josué Lima Dias

CONSTITUIÇÃO, DIREITOS FUNDAMENTAIS E POLÍTICA

Estudos em homenagem ao Professor
José Joaquim Gomes Canotilho

Área específica
Direito Constitucional.

Áreas afins
Política.

Público-alvo/consumidores
Estudantes, pesquisadores e operadores do Direito.

Constituição, direitos fundamentais e política: estudos em homenagem ao Professor José Joaquim Gomes Canotilho, obra coletiva capitaneada pela Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas (ESMAL) e editada em parceria com a Editora Fórum, reúne estudos de autoria de renomados juristas nacionais e estrangeiros, que refletem a influência da vasta obra do Doutor Gomes Canotilho no pensamento do direito contemporâneo. A obra é lançada em um ano festivo, na ocasião em que o eminente juspublicista português completa 75 anos de idade, muitos dos quais dedicados à difusão da cultura e saber jurídicos. Trata-se de um convite à reflexão sobre temas importantes da atualidade, inspirados nas reflexões do homenageado, certamente um dos maiores juristas de nosso tempo.

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001060

C756

Constituição, direitos fundamentais e política: estudos em homenagem ao professor José Joaquim Gomes Canotilho / Hélio Pinheiro Pinto, Manoel Cavalcante de Lima Neto, Alberto Jorge Correia de Barros Lima, Lorena Carla Santos Vasconcelos Sotto-Mayor, Luciana Raposo Josué Lima Dias. – Belo Horizonte : Fórum, 2017.

563 p.

ISBN: 978-85-450-0185-0

1. Direito Constitucional. 2. Política. 3. Canotilho, José Joaquim Gomes. I. Pinto, Hélio Pinheiro. II. Lima Neto, Manoel Cavalcante de. III. Lima, Alberto Jorge Correia de Barros. IV. Sotto-Mayor, Lorena Carla Santos Vasconcelos. V. Dias, Luciana Raposo Josué Lima. VI. Título.

CDD 342

CDU 342

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PINTO, Hélio Pinheiro (Coords.). et al. Constituição, direitos fundamentais e política: estudos em homenagem ao professor José Joaquim Gomes Canotilho. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 563 p. ISBN 978-85-450-0185-0.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

FERNANDO TOURINHO DE OMENA SOUZA, HÉLIO PINHEIRO PINTO15

- 1 José Joaquim Gomes Canotilho: um cidadão pleno, um juspublicista de quilate15
- 2 A evolução do pensamento do Professor Doutor Gomes Canotilho: da Constituição dirigente à Constituição dirigida17

A CONTRIBUIÇÃO DE JOSÉ JOAQUIM GOMES CANOTILHO AO DEBATE JUDICIÁRIO SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS: A NECESSIDADE DE INTEGRAR NOVOS OLHARES SOBRE OS PROBLEMAS JURÍDICOS

HUMBERTO MARTINS21

- Introdução21
- 1 A teoria dos direitos econômicos, sociais e culturais a partir da obra de José Joaquim Gomes Canotilho22
 - 2 O Agravo em Recurso Extraordinário (ARE) nº 727.864/PR: estado do Paraná *vs.* Ministério Público Estadual26
- Conclusão: a necessidade de convergência entre a interpretação constitucional e a análise da realidade30
- Referências31

A SOLUÇÃO DE J. J. GOMES CANOTILHO PARA O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ACTOS LÍCITOS: ALGUNS APONTAMENTOS

ANA CLÁUDIA NASCIMENTO GOMES33

- Apresentação e motivação33
- 1 O pretexto e o contexto35
 - 2 Fontes doutrinárias e estrutura da obra38
 - 3 Síntese da obra, com destaque para alguns trechos. Delineação da responsabilidade do Estado por actos lícitos39
 - 4 A gestação futura da obra *Constituição Dirigente e vinculação do legislador*47
 - 5 Algumas nossas deduções e percepções48
- Referências49

TRANSFUGUISMO POLÍTICO E A PERDA DE MANDATO PARLAMENTAR POR INFIDELIDADE PARTIDÁRIA: O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL COMO “PODER CONSTITUINTE” AUTOPROCLAMADO

HÉLIO PINHEIRO PINTO	51
Introdução	51
1 Transfuguismo político e infidelidade partidária: conceito, causas e efeitos	52
2 Transfuguismo político em alguns países: França, Itália, Espanha e Portugal	55
3 Representação parlamentar e o renascimento do mandato imperativo: o mandato imperativo de partido	58
4 (In)fideli­dade partidária no Brasil: colocação do problema	59
5 Entendimento atual do STF: perda de mandato parlamentar por infidelidade partidária	62
5.1 Considerações preliminares	62
5.2 “Babel partidária”: proliferação de partidos políticos e “nomadismo” parlamentar	63
5.3 Argumentos dos ministros: o STF como um “poder constituinte” autoproclamado	65
5.4 Análise crítica dos argumentos dos ministros do STF	66
5.5 Estratégia política de atores políticos: a delegação do poder de decisão política para o STF	70
Conclusões	72
Referências	74

QUADRO DE UMA DOGMÁTICA DO DIREITO À PROTEÇÃO DA SAÚDE NA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL: DIÁLOGOS COM A CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA

IAN PIMENTEL GAMEIRO	77
Introdução	77
1 Localização topográfica	78
1.1 Fundamentalidade formal	78
1.2 Fundamentalidade material	79
2 Princípios fundantes	80
2.1 Universalidade	81
2.2 Generalidade	82
2.3 Igualdade: sentido geral e sentidos específicos	82
2.4 Proporcionalidade	84
2.5 Democracia ou participação popular	85
3 Sujeitos	85
4 Racionalidade objetiva e subjetiva	86
5 Eficácia e aplicabilidade	89
6 Justiciabilidade	90
7 Obrigações gerais do Estado	91
7.1 Realização progressiva	91
7.2 Definição de um nível mínimo de realização	92
8 Reservas condicionantes do direito à proteção da saúde	93
8.1 Reserva geral imanente de ponderação	93
8.2 Reserva do politicamente adequado ou oportuno	95
8.3 Reserva do financeiramente possível	97
Considerações finais	98
Referências	99

A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DIRIGENTE DE J. J. GOMES CANOTILHO

LUIZ EDSON FACHIN, MIGUEL GUALANO DE GODOY	101
Consideração introdutória	101
1 O constitucionalismo dirigente de J. J. Gomes Canotilho e sua importância para o constitucionalismo brasileiro	103
2 Casuística	107
Considerações finais	109
Referências	109

EFICÁCIA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS: UMA ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

GILMAR FERREIRA MENDES	113
Introdução	113
1 Eficácia dos direitos fundamentais no âmbito do direito privado: considerações preliminares	115
2 A doutrina sobre a eficácia direta dos direitos fundamentais	116
3 Direitos fundamentais aplicados às relações privadas na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	118
4 Direitos fundamentais aplicados às relações privadas na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	129
Conclusão	131
Referências	131

A EVOLUÇÃO DO PAPEL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO BRASIL

JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI	135
Introdução	135
1 O Supremo Tribunal Federal como guardião da Constituição	135
2 O Supremo Tribunal Federal como Tribunal da Federação	139
3 O Supremo Tribunal Federal como poder moderador	141
4 O Supremo Tribunal Federal como Corte Criminal	143
Considerações finais	146
Referências	147

A VAQUEJADA, A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL E O DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE

MARCO AURÉLIO MELLO	149
Introdução	149
1 Os direitos fundamentais na Carta da República	150
2 O direito-dever fundamental ao meio ambiente equilibrado	152
3 Interpretação constitucional	153
4 O direito fundamental ao meio ambiente equilibrado na jurisprudência do STF	156
5 A inconstitucionalidade da “vaquejada”	158
Conclusão	160
Referências	161

A INFLUÊNCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO DIREITO PRIVADO: ALGUMAS NOTAS SOBRE A EVOLUÇÃO NO BRASIL

INGO WOLFGANG SARLET	163
Introdução	163
1 Breves notas sobre o conteúdo e significado dos direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988	166
2 Observações sobre a eficácia dos direitos fundamentais no âmbito do direito privado	169
3 A defesa de uma eficácia direta <i>prima facie</i> dos direitos fundamentais na esfera das relações privadas: alguns pressupostos	172
4 Argumentos contrários a uma eficácia apenas indireta e em prol de uma eficácia direta <i>prima facie</i>	174
5 Concretização: a identificação e desenvolvimento de algumas pautas de solução e a apresentação de alguns exemplos	179
Considerações finais	185
Referências	186

O IMPEACHMENT DA PRESIDENTA DILMA E A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA: O PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO, A QUE SERÁ QUE SE DESTINA?

TUTMÉS AIRAN DE ALBUQUERQUE MELO	191
1 1ª decisão	191
2 2ª e 3ª decisões	193
3 4ª decisão	196
4 5ª decisão: a decisão que se (des)espera	200
Referências	212

TRIBUTAÇÃO E CIDADANIA

MANOEL CAVALCANTE DE LIMA NETO	215
---	-----

Introdução	215
1 A necessidade de criação de tributos pelo Estado: o Estado Fiscal	215
2 A forma como o estado institui os tributos: o poder de tributar	216
3 A destinação da exigência dos tributos – a materialidade do tributo e o contribuinte	217
4 Cidadania: os direitos e os deveres.....	217
5 A cidadania fiscal	219
5.1 Os direitos dos contribuintes.....	219
5.2 Proteções positivas para assegurar direitos sociais.....	221
5.3 A tributação utilizada diretamente para fins de satisfação de direitos	223
5.4 O dever na cidadania fiscal e a participação	224
Conclusão	225
Referências.....	225
IGUALDADE E IMUNIDADES PARLAMENTARES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO	
ALBERTO JORGE CORREIA DE BARROS LIMA	227
1 As dificuldades no conceito de igualdade.....	227
2 A igualdade no ordenamento jurídico	230
3 Imunidades parlamentares e Sistema Penal.....	232
4 As imunidades parlamentares como garantias institucionais.....	233
5 As imunidades material e formal: diferenças e precisão terminológica	234
6 Imunidades e espaço público no Estado Democrático de Direito.....	236
Referências.....	238
 OS POSTULADOS GARANTISTAS E AS IMPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS CRIMINALIZADORAS NOS JULGADOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS E NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
LORENA CARLA SANTOS VASCONCELOS SOTTO-MAYOR.....	241
Introdução	241
1 Normas constitucionais: regras e princípios – a preocupação com o decisionismo.....	242
2 Os postulados julgados do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	245
3 Imposições constitucionais criminalizadoras nas decisões do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas	247
4 Garantismo e imposições constitucionais criminalizadoras	250
5 Decisões do Supremo Tribunal Federal e alusões aos princípios limitadores da atividade punitiva estatal ou aos princípios propulsores da atividade punitiva estatal	252
6 O dever de aplicar as imposições constitucionais criminalizadoras	258
Referências.....	258
 A DECADÊNCIA DA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO BRASIL	
PAULO BONAVIDES	261
 DIREITO À AMPLA DEFESA NA LEI SUPREMA BRASILEIRA	
IVES GANDRA DA SILVA MARTINS.....	265
 COMUNIDADE POLÍTICA EUROPEIA E RAZÃO PÚBLICA: DA CRISE DO EURO À CRISE DO VÉU, O MUNDO DE ONTEM?	
ALESSANDRA SILVEIRA.....	277
Dos mestres e discípulos	277
1 Do mundo de ontem, bruxas e fantasmas	277
2 Da constitucionalização dos tratados à comunidade política europeia	278
3 Da cidadania de direitos à razão pública europeia	281
4 Do “desvelar” da interculturalidade constitucional	284
Considerações finais.....	289
Referências.....	290
 NOS QUARENTA ANOS DA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA: CERTEZAS E PERPLEXIDADES	
ANTÓNIO MANUEL HESPANHA	293
Introdução	293
1 A Constituição nas comunidades políticas da era pós-estadual	294
2 Conteúdos constitucionais	301

3	A antropologia implícita da Constituição.....	302
4	Ainda há lugar para escolhas constitucionais?	306
5	Como construir uma unidade política em sociedades complexas.....	307
	Referências.....	309

LA CORRUPCIÓN ¿UN PROBLEMA JURÍDICO O UN ESTADIO SOCIOLOGICO-MORAL?

ELOY GARCÍA	311
1 Los falsos amigos y de la necesidad e importancia en ciencias sociales de construir un lenguaje neutral en tiempos de cambio.....	311
2 La corrupción como problema jurídico o como estadio sociológico-moral.....	315
3 Corrupción y cambio político.....	318
Referencias.....	320

GATOS NAS CIDADES: MAIS UM TESTE À VALORAÇÃO DE SERVIÇOS ECOSISTÉMICOS COMO NOVO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA AMBIENTAL

ALEXANDRA ARAGÃO	323
1 Gatos urbanos, gatos baldios.....	323
2 <i>Rationes legis</i> da proteção dos animais.....	325
2.1 <i>Ratio</i> : prevenção do risco de extinção de uma espécie.....	326
2.2 <i>Ratio</i> : proibição de usos fúteis dos animais	327
2.3 <i>Ratio</i> : promoção do bem-estar animal.....	327
3 Lei de Proteção dos Animais	329
4 Lei dos Animais de Companhia	331
5 Regime jurídico dos animais vadios.....	333
6 Especismo legislativo?.....	335
7 Proteção dos gatos urbanos para lá do direito à vida e ao bem-estar animal	337
8 A questão do <i>habitat</i> dos gatos urbanos.....	339
9 Argumentos a favor dos gatos urbanos nas cidades.....	340
10 Por que a abordagem ecossistémica dos gatos urbanos?	342
11 Introdução ao conceito de serviços ecossistémicos	343
12 O procedimento de valoração dos serviços ecossistémicos em três passos.....	345
12.1 Primeiro passo: identificação dos serviços ecossistémicos.....	346
12.2 Segundo passo: valoração dos serviços ecossistémicos.....	347
12.3 Terceiro passo: ponderação dos resultados das alternativas em análise.....	350
Conclusão	350
Referências.....	351

OS PRINCÍPIOS ESTRUTURAIS DA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA ENTRE PRETENSÃO NORMATIVA E REALIDADE SOCIAL: ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO (ESTADO SOCIAL – ESTADO FEDERATIVO – ESTADO AMBIENTAL)

ANDREAS J. KRELL	355
Introdução	355
1 Formação do Estado de Direito e Constitucional no Brasil.....	356
2 Estado de Direito, Constituição e democracia	358
3 Natureza e formação do Estado Social	361
4 O federalismo brasileiro entre cooperação, competição e controle da União	363
5 O “Estado Ambiental”: <i>fata morgana</i> ou modelo viável para o Brasil?	366
Conclusões e perspectivas.....	370
Referências.....	372

ESTREITOS CAMINHOS ENTRE O CONSTITUCIONALMENTE ADMISSÍVEL E O EXCESSO: O INSTITUTO DA COLABORAÇÃO PREMIADA E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS POSTOS À PROVA – ESTUDO COM FOCO NO DELITO DE CORRUPÇÃO

KARLA PADILHA REBELO MARQUES	375
Introdução	375
1 Diplomas internacionais: a corrupção e a colaboração premiada.....	376
2 Dos princípios constitucionais postos em xeque (parte I).....	378
3 Alguma doutrina sobre o tema	380
4 Renúncia e restrição a direitos.....	382
5 Legislação brasileira e a colaboração premiada.....	383
6 Ainda sobre direitos fundamentais	385
7 Críticas ao instituto da colaboração premiada.....	386
8 Dos princípios constitucionais postos em xeque (parte II).....	387
9 Princípios constitucionais em relevo.....	389

10	Benefícios da Lei nº 12.850/2013 para o colaborador.....	390
11	Da colaboração em espécie: prerrogativa ou possibilidade?	391
12	Proibição do excesso e da proteção deficiente	391
13	Em busca de conclusões propositivas	393
	Referências.....	395

GOVERNANÇA EM TEMPOS DE CRISE: CONSTITUIR A SOCIEDADE PODE SER O REMÉDIO CONSTITUCIONAL PARA OS DIREITOS SOCIAIS

AMÉLIA CAMPELO	397
Introdução	397
1 Os direitos sociais e sua sustentabilidade.....	400
1.1 Direitos sociais e crise econômica	400
1.2 Crise social: ausência de participação popular e seus reflexos nos direitos sociais	404
1.3 A experiência brasileira: a centralização excessiva e a falta de planejamento como fatores de entrave ao desenvolvimento	405
1.4 Crise constitucional: as soluções jurídico-constitucionais e a realidade como se apresenta.....	406
2 Concepções do Estado de Direito: do Estado Liberal Formal ao Estado Democrático de Direito	409
2.1 O Estado Liberal dos administrados	411
2.2 O Estado Social dos protegidos.....	411
2.3 O Estado regulador dos clientes.....	412
2.4 O Estado da boa governança dos cidadãos: o Estado ativador e a globalização	414
3 Estado Democrático de Direito.....	415
3.1 Democracia e soberania.....	415
3.2 Cidadania e participação popular.....	417
3.3 Liberdade e escolha – dois reversos da mesma moeda fundidos no mesmo fogo: o conhecimento	418
4 Governança: uma forma de governar.....	419
4.1 Origem, significado e princípios	419
4.2 Políticas públicas: uma garantia constitucional.....	422
Considerações finais.....	424
Referências.....	424

PRINCÍPIOS POLÍTICOS CONSTITUCIONAIS ESTRUTURANTES DA LIBERDADE RELIGIOSA NO ESTADO BRASILEIRO

MAGNO ALEXANDRE F. MOURA	427
Introdução	427
1 A República como forma de governo ideal ao desenvolvimento da liberdade religiosa no Brasil	429
2 A importância das virtudes republicanas em busca da felicidade e seu influxo na liberdade religiosa.....	431
3 República, democracia e religião	433
4 A luta democrática de separação entre a Igreja e o Estado.....	434
5 Democracia e secularização	436
6 A democracia e o direito à liberdade religiosa no Brasil.....	437
7 O princípio da laicidade como princípio dos Estados modernos	438
8 Distinção entre laicidade e laicismo	440
9 A laicidade negativa e a positiva.....	441
10 Distorções sobre Estado laico: o ateísmo, o Estado multirreligioso e o secularismo	443
Conclusão	444
Referências.....	445

A WEAK-FORM JUDICIAL REVIEW NO CANADÁ E O DIÁLOGO INSTITUCIONAL JUDICIÁRIO-LEGISLATIVO NA PROMOÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

ANDERSON SANTOS DOS PASSOS	449
Introdução	449
1 <i>A Canadian Charter of Rights and Freedoms</i> de 1982	449
1.1 O abandono da supremacia do Parlamento	450
1.2 A rejeição da soberania judicial.....	451
2 <i>A judicial review</i> como instrumento de diálogo entre o legislador e a Corte	454
2.1 O diálogo sequencial canadense	457
2.2 Os resultados.....	465
Conclusão	466
Referências.....	466

O NEOCONSTITUCIONALISMO E O CONTROLE EXPANSIVO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: PARÂMETROS PARA A FISCALIZAÇÃO DE SEUS ATOS

CARLOS ALEY SANTOS DE MELO	469
Introdução	469
1 O neoconstitucionalismo no Brasil	470
2 Os caminhos sinuosos da legalidade.....	475
3 O neoconstitucionalismo e o controle dos atos do Poder Público no Brasil.....	478
Conclusão	483
Referências	484

UMA REFLEXÃO SOBRE O FUNDAMENTO ÚLTIMO OU FUNDAMENTO DOS DIREITOS HUMANOS

LEONARDO DE FARIAS DUARTE	487
1 Direitos naturais, direitos humanos e direitos fundamentais.....	487
2 Problemas relacionados ao fundamento (absoluto) dos direitos humanos.....	487
3 Fundamentos (possíveis) dos direitos humanos	489
3.1 Um fundamento formal ou histórico.....	489
3.2 Um fundamento material: a dignidade da pessoa humana.....	490
4 A falta de fundamento dos direitos humanos.....	491
5 A necessidade de um fundamento último ou fundamento dos fundamentos dos direitos humanos	491
6 Jusnaturalismos, juspositivismos e algumas correntes ditas pós-positivistas	492
7 Reflexão sobre a (im?)possibilidade e necessidade de um fundamento último ou fundamento dos fundamentos dos direitos humanos	499
Conclusão	501
Referências.....	502

A GUARDA COMPARTILHADA: UM MODELO A IMPOR?

ANA FLORINDA MENDONÇA DA SILVA DANTAS	505
Introdução	505
1 Antecedentes históricos da guarda compartilhada.....	507
2 A guarda compartilhada e as principais razões apontadas para justificar sua aplicação impositiva	510
3 Os litígios entre os pais: obstáculo à aplicação da guarda compartilhada?	513
4 Guarda compartilhada e pensão alimentícia.....	516
Conclusão	517
Referências.....	518

UNIÃO ESTÁVEL (BRASIL) X UNIÃO DE FACTO (PORTUGAL): ALGUMAS NOTAS SOBRE FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS, NATUREZA JURÍDICA E CONCEITO

WLADEMIR PAES DE LIRA	521
Notas introdutórias	521
1 Alguns apontamentos sobre a evolução histórica da união estável: do concubinato à união estável no Brasil.....	522
2 Alguns apontamentos sobre a evolução histórica da união de facto em Portugal: antes e depois da Lei nº 135/99.....	523
3 Previsão constitucional e legal da união estável e da união de facto	525
3.1 No Brasil	526
3.2 Em Portugal.....	528
4 Algumas notas sobre natureza jurídica.....	536
5 À guisa de conceito	537
Notas conclusivas.....	539
Referências.....	540

A REVOLUÇÃO SILENCIOSA E OS LIMITES DA TRANSIÇÃO CONSTITUCIONAL

FRANCISCO TAVARES NORONHA NETO	543
1 Da Revolução à Constituição.....	543
2 O paradoxo da democracia e as mutações constitucionais	545
3 Justificação da transição constitucional.....	546
4 Meios de operacionalização da transição constitucional.....	549
4.1 Transição constitucional por meio da interpretação.....	549
4.2 Transição constitucional por meio do processo legislativo.....	550
4.3 Transição constitucional por via de costume	551
5 Causas da transição constitucional.....	552

5.1	Mudança na realidade de fato.....	552
5.2	Mudança da percepção do direito	553
6	Limites da transição constitucional	554
7	Da Constituição à revolução silenciosa.....	556
	Referências.....	557
SOBRE OS AUTORES.....		559